

UMA HISTÓRIA AMBIENTAL DA FLORESTA NACIONAL DE PASSO FUNDO: A AQUISIÇÃO DAS TERRAS

Débora Nunes de Sá¹
Marcos Gerhardt²

Resumo:

Este artigo narra e interpreta o processo de aquisição das terras do Parque Florestal José Segadas Viana, atual Floresta Nacional de Passo Fundo (FLONA), que, de acordo com a imprensa, foi marcado por conflitos envolvendo os proprietários das terras, os intermediários da negociação, o Instituto Nacional do Pinho (INP) e a imprensa local. A principal fonte utilizada é o jornal *O Nacional*, que veiculou muitos textos e notícias sobre o tema no período de setembro a outubro de 1946. Emprega a abordagem da História Ambiental e afirma que a criação do Parque, com formato irregular e descontínuo, prejudica a função atual da FLONA como unidade de conservação.

Palavras-chaves: Floresta Nacional. História Ambiental. Imprensa. Instituto Nacional do Pinho. Unidade de Conservação.

1 INTRODUÇÃO

Analisa-se o processo de aquisição das terras para criar o Parque Florestal José Segadas Viana, que foi marcado por um conflito envolvendo diversos atores e registrado pela imprensa escrita regional. No distrito de Mato Castelhana, município de Passo Fundo, em 1944, diversos proprietários de terras, sabendo do interesse do Instituto Nacional do Pinho (INP) na aquisição de uma área rural para criar um “horto florestal”, em Passo Fundo ou Carazinho RS, contataram o Instituto para oferecer suas propriedades à venda (O NACIONAL, 28 set. 1946, p. 1; O NACIONAL, 30 set. 1946, p. 1). A compra das terras pelo INP efetuou-se dois anos depois, em 1946 e foi criado o Parque Florestal José Segadas Viana, hoje a Floresta Nacional de Passo Fundo (FLONA PF).

A história da FLONA PF tem uma característica peculiar: não inicia com um remanescente de floresta que se pretende proteger e conservar. Ao contrário, seu princípio é a compra de terras agricultáveis, com uma pequena área de Floresta

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, RS, Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: nunesdesaa@gmail.com

² Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. Professor na Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, Brasil E-mail: marcos@gerhardt.pro.br

Ombrófila Mista nativa, para a implantação de uma estação experimental de plantio de árvores nativas. Neste sentido, a atual FLONA PF é, predominantemente, uma floresta plantada.

Emprega-se a abordagem da História Ambiental, que estuda as interações humanas com o meio ambiente. O principal objetivo dos estudos vinculados com ela é compreender e analisar como os seres humanos agiram e agem em relação a natureza, como são afetados pelo ambiente natural, como o afetam e que impactos essas interações produzem, isto é, “Em termos bem simples, portanto, a história ambiental trata do papel e do lugar da natureza na vida humana” (WORSTER, 1991, p. 201).

O artigo apresenta o contexto de criação das primeiras unidades de conservação no Brasil, focaliza as Florestas Nacionais e apresenta as principais características da Floresta Nacional de Passo Fundo (FLONA) e, por último, aborda o processo de aquisição das terras para o Parque Florestal José Segadas Viana, atual FLONA de Passo Fundo.

2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A concepção presente na criação das primeiras unidades de conservação protegidas, “[...] provém do século passado, tendo sido criadas primeiramente nos Estados Unidos, a fim de proteger a *vida selvagem (wilderness)* ameaçada, segundo seus criadores, pela civilização urbano-industrial, destruidora da natureza” (DIEGUES, 2002, p. 15, grifos no original). Para eles, “[...] mesmo que a biosfera fosse totalmente transformada, domesticada pelo homem, poderiam existir pedaços do *mundo natural* em seu estado primitivo, anterior à intervenção humana” (DIEGUES, 2002, p. 15, grifos no original). Esses espaços eram vistos como ilhas em que o homem urbano poderia se conectar com a natureza intocada.

O primeiro parque nacional do mundo foi o de Yellowstone, nos Estados Unidos, criado no final do século XIX. Em seguida

[...] o Canadá criou seu primeiro parque nacional em 1885, a Nova Zelândia em 1894, a África do Sul e a Austrália em 1898. A América Latina foi um dos primeiros continentes a copiar o modelo de parque nacional sem população residente. O México estabeleceu sua primeira reserva florestal em 1894, a Argentina em 1903, o Chile em 1926 e o Brasil em 1937 com objetivos similares ao de Yellowstone, isto é, proteger áreas naturais de

grande beleza cênica para usufruto dos visitantes [...] (DIEGUES, 2002, p. 101).

No Brasil, o primeiro parque foi criado em 1937, no estado do Rio de Janeiro, o Parque Nacional de Itatiaia, ou seja:

As primeiras unidades de conservação brasileiras foram criadas sem muitos critérios técnicos, o objetivo era preservar suas belezas aparentes. A partir de então, regras próprias de uso e manejo foram sendo desenvolvidas para melhorar a implantação e conservação das unidades de conservação (MORETTO; NODARI; ROSSI, 2010, p. 6).

Além do Parque de Itatiaia, em 1939 foram criados os parques do Iguaçu - no Paraná - e o da Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro. A partir da década de 1970, com o avanço nas discussões ambientais, criou-se diversas unidades de conservação no Brasil e

[...] houve um segundo momento nas políticas ambientais, caracterizado pelas ações estruturadas, ou seja, a crescente preocupação do Estado em proteger áreas naturais resultou na criação de diversas unidades de conservação por todo o país: parques florestais, reservas e estações ecológicas. A mudança de política foi marcada também pelo novo Código Florestal brasileiro aprovado em 1965 e pela fundação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), em 67 (GERHARDT, 2007, p. 532).

A Lei nº 9.985, de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), definiu unidade de conservação como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção; (BRASIL, 2000).

Esta Lei ainda classificou as unidades de conservação em dois grupos: as “Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável”. O primeiro grupo abrange a “Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre”. Nele, a prioridade é a conservação da natureza e, geralmente, a visitação pública não é permitida ou é realizada com restrições, conforme a proposta que se encontra nos planos de manejos das unidades. O uso dos recursos naturais também é bastante restrito. O segundo grupo abrange a “Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural”. Nessas áreas, segundo a legislação, o objetivo é a conservação da

natureza utilizando de forma sustentável os recursos naturais que ela detém, além da conservação da fauna e da flora (BRASIL, 2000).

Para Diegues (2002), existem no Brasil dois grupos de profissionais no âmbito das ciências naturais. O primeiro, o preservacionista, recebeu influências de pensadores norte-americanos, considera que toda intervenção humana na natureza é negativa e que as unidades de conservação devem ser intocáveis, protegendo a biodiversidade, sem considerar a diversidade cultural. Esse conjunto de ideias influenciou entidades e alguns órgãos governamentais no Brasil. O outro grupo, o conservacionista, formou-se em fins da década de 1980, em um momento de redemocratização no país e reconhece que as comunidades tradicionais devem ser incluídas em parques nacionais e reservas, abrigando elementos ambientais e sociais. A crítica de Diegues incide basicamente sobre a legislação do SNUC, que distancia as unidades de proteção integral das de uso sustentável, considerando que na segunda “se prevê, de modo tímido, a presença de populações locais” (2002, p. 119). Embora exista uma diferença conceitual entre preservação e conservação, ela não é amplamente aceita e utilizada pelos historiadores que se dedicam à História Ambiental. Opta-se, neste artigo, por empregar “conservação”, pois ela exprime com maior precisão a realidade estudada.

A Floresta Nacional, do ponto de vista legal, é compreendida como “[...] uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas” (BRASIL, 2000).

Conforme dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), atualmente existem 65 Florestas Nacionais no Brasil e 10 delas estão localizadas na região Sul. No estado do Rio Grande do Sul, além da FLONA Passo Fundo, existem a Floresta Nacional de São Francisco de Paula e a Floresta Nacional de Canela. No Estado de Santa Catarina estão a FLONA Caçador, na cidade de mesmo nome, a FLONA Chapecó, localizada na cidade de Guatambú, a FLONA Ibirama, abrangendo os municípios de Acurra, Apiúna e Ibirama e a FLONA de Três Barras, que abrange os municípios de Canoinha e Três Barras. No estado do Paraná existem a FLONA Açungui, localizada no município de Campo Largo e a FLONA de Irati, localizada no município de Fernandes Pinheiro. Essas

FLONAS totalizam 15.147,16 ha na região Sul. No Brasil, as Florestas Nacionais totalizam 18.808.448,16 hectares (ICMBio, 2014).

3 A FLORESTA NACIONAL DE PASSO FUNDO

Em 1968, quando ocorreu a criação das Florestas Nacionais, o espaço onde está localizada a FLONA em estudo pertencia ao município de Passo Fundo e os nomes de personalidades que davam a denominação aos parques antecedentes foram substituídos pelas denominações das cidades nas quais se localizavam (ICMBio, 2011). O Distrito de Mato Castelhana foi emancipado em 1992, tornando-se município, mas manteve-se a denominação Floresta Nacional de Passo Fundo.

A FLONA está situada em uma região onde predominou a Floresta Ombrófila Mista, entremeada com campos, formando mosaicos, hoje classificada como parte do bioma Mata Atlântica. Abrange “em seus 1275 ha relevante amostra de remanescente da Floresta Ombrófila Mista (FOM), ou Floresta com Araucária da região, em diferentes estágios de regeneração [...]” (ICMBio, 2011, p. 63). Conforme o Plano de Manejo, na composição vegetal atual:

[...] a grande maioria das áreas de floresta nativa remanescentes, apesar da exploração madeireira anterior à criação da FLONA Passo Fundo, encontra-se em estado avançado de regeneração, o que representa boa integridade desses ambientes. O sub-bosques dos plantios florestais da FLONA Passo Fundo se encontra em estágio médio de regeneração, [...] representados pelo número significativo de espécies da flora nativa encontrada. São 99 espécies registradas nos sub-bosques dos plantios, o que denota um importante processo de regeneração espontânea da vegetação nativa nessas áreas de plantio (2011, p. 133).

A Usina Hidrelétrica Capingüí, com potência de 4 Megawatts, que foi construída em 1933 e ampliada em 1953 e 1955, é beneficiada pela proximidade com a FLONA Passo Fundo, pois ela conserva as nascentes d'água que abastecem o reservatório da Barragem Capingüí (PMMC, 2013). Nas margens do reservatório há diversas chácaras para lazer, pertencentes a proprietários que residem, em sua maioria, nas cidades de Marau, Mato Castelhana e Passo Fundo.

Atualmente 33,82% do solo da FLONA possui plantio de *Araucaria angustifolia* e 19,98% plantio de *Pinus elliotti*, bem como áreas ocupadas com *Pinus taeda* e *Eucalyptus sp* (ICMBio, 2011). A próxima parte do artigo permitirá compreender por que espécies nativas e exóticas estão presentes e associadas na FLONA Passo Fundo.

4 O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DAS TERRAS NA ÓTICA DA IMPRENSA REGIONAL

Em 1946, no município de Passo Fundo, no Planalto do Rio Grande do Sul, aconteceram as negociações para a compra das terras de agricultores pelo Instituto Nacional do Pinho (INP), que deram origem ao Parque Florestal José Segadas Viana, transformado, em 1968, na Floresta Nacional de Passo Fundo.

O INP, “órgão oficial dos interesses dos produtores, industriais e exportadores de pinho, com sede na Capital da República, administrativa e financeiramente autônomo” (BRASIL, 1941), foi criado em 1941 por meio de um decreto-lei da Presidência da República. Nele, pela lei, os governos dos três estados do sul do Brasil tinham representação. Diversas eram as atribuições do INP, como defender os interesses dos empresários ligados à extração da madeira da Araucária, o pinho, fixar preços mínimos, fomentar o comércio de madeira, regular a instalação de novas serrarias, “contribuir para o reflorestamento nas zonas de produção do pinho” (BRASIL, 1941) e, logo depois, “promover o reflorestamento das áreas exploradas e desenvolver a educação florestal nos centros madeireiros”, ou seja, o INP deveria agir “junto aos produtores, no sentido de ser feito o reflorestamento das áreas exploradas, prestando o auxílio que se faça necessário” (BRASIL, 1942).

Em 1946, tempo em foco neste artigo, estava em vigor o Código Florestal de 1934, que classificava na categoria “modelo” as floresta “artificiaes, constituídas apenas por uma, ou por limitado numero de essencias florestaes, indigenas e exoticas, cuja disseminação convenha fazer-se na região” (BRASIL, 1934), ou seja, abria a possibilidade e valorizava a introdução de espécies florestais exóticas combinadas com as nativas. A palavra “reflorestar”, neste contexto, não tinha o significado de restaurar a vegetação original, marcada pela biodiversidade, mas apresentava o monocultivo de árvores como equivalente a uma floresta.

As constituições federais de 1937 e 1946 reservavam à União o poder de legislar sobre as florestas. Ao INP, de natureza paraestatal, foi permitido criar parques florestais com o propósito de manter o suprimento de madeira para o comércio e a indústria, pois as florestas desapareciam rapidamente sob intensa exploração.

Na avaliação de Warren Dean, o período posterior a 1945, com o governo constitucional subsequente ao de Getúlio Vargas, “não marcou uma clara volta do

conservacionismo” presente em período anterior. Os diversos códigos escritos na década de 1930 - florestal, das águas, das minas... - “provaram ser ferramentas deficientes” e pouco respeitadas na década de 1940. Ainda conforme Dean, interpretando a proibição de derrubar mais de 3/4 das florestas das propriedades privadas, as cortes “decidiram que um proprietário que tivesse reduzido as matas de suas terras a um mínimo de 1/4 poderia vender esse quarto com floresta a um novo proprietário e este teria o direito de desmatar outros 3/4 - e assim por diante, até, presumivelmente, o último broto” (1995, p. 112).

Além do Parque Florestal José Segadas Viana, outros “parques” foram criados pelo INP no sul do Brasil na mesma década, como o Parque Florestal Manoel Henrique da Silva, que hoje é a Floresta Nacional de Irati, no Paraná (CEDOC, 2015). Segadas Viana, o homenageado, foi “um dos fundadores do Centro Trabalhista de Estudos Políticos e Sociais, que teve destacado papel na organização do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)”. Atuou também no Ministério do Trabalho, elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte em 1945 e, em 1950, seu mandato parlamentar foi renovado na mesma eleição que escolheu Vargas como presidente (CPDOC, 2015). É um nome com significado nacional, mas sem ligação direta com o lugar onde o parque fora instalado. O critério de escolha, no contexto do trabalhismo brasileiro, fica ainda mais claro quando se observa que o INP passou, em 1942, para jurisdição do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (BRASIL, 1942).

Miguel de Carvalho, em estudo sobre a “devastação” que ocorreu na floresta com araucária, trabalhou a perspectiva de que esta, diferentemente das outras florestas da Mata Atlântica, não foi vista só como um empecilho para a produção agrícola, mas foi vislumbrada e de fato derrubada para fins lucrativos, pois as terras de araucária - e de outras espécies madeiráveis - possuíam uma demanda de mercado e um valor comercial significativo. Essa derrubada e “[...] a importância econômica e política da indústria madeireira sulina foram fatores determinantes para o Brasil entrar de vez na era do reflorestamento” (2010, p. 104). Igualmente as florestas do norte do Rio Grande do Sul, inclusive aquelas que pertenciam ao primitivo município de Passo Fundo, foram intensamente exploradas pelas madeireiras durante várias décadas do século XX (WENTZ, 2004).

O Paraná viveu um intenso desmatamento também vinculado ao cultivo de café e ao crescimento demográfico. A conjuntura de duas guerras mundiais fez com que a exportação de madeira aumentasse significativamente. Nesse contexto ocorreu, em 1953, o 1º Congresso Florestal Brasileiro, na cidade de Curitiba e patrocinado pelo INP. Ele teve como objetivo a análise dos problemas florestais do Brasil em relação às técnicas de conservação, recuperação e reflorestamento (CARVALHO; LAVERDI, 2015).

Alessandra de Carvalho e Robson Laverdi destacaram a comunicação do geógrafo alemão Reinhard Maack, realizada naquele Congresso. As ideias de Maack também foram analisadas por Ely Bergo de Carvalho (2012). Maack era um crítico do método de plantio em que as árvores ficavam próximas, pois isso só permitia que fossem utilizadas para a fabricação de celulose. Em sua comunicação Maack defendeu uma nova proposta de reflorestamento e a proteção de matas ditas “virgens” pelo Estado e, sabendo que a maioria das florestas pertenciam a particulares, propôs que o Estado estabelecesse como regra uma reserva mínima de 20 a 25% da vegetação primitiva nas propriedades e cobrasse impostos municipais e estaduais sob as terras utilizadas para cafezais com superfície superior àquela que existisse em vegetação primitiva (CARVALHO; LAVERDI, 2015). Bergo de Carvalho explicou que Maack “se afastava da proposta de uma silvicultura tradicional, sob o argumento de que uma recomposição da floresta por meio de uma sucessão natural – com uma pequena intervenção humana ao semear árvores madeiráveis [...]”. Maack entendia que o desperdício acontecia em relação à forma de agricultura e de meios de transporte, que ele julgava como “atrasada” (2012, p. 45).

Outro participante do Congresso foi o agrônomo Pedro J. Costa Muniz, então chefe da Divisão Florestal do Estado do Paraná. Ele foi crítico da política do INP de criar parques florestais, que a partir de 1944 criou parques florestais para a produção de mudas para plantio. Os parques localizavam-se: três no Estado Rio Grande do Sul, dois no Paraná, um em Minas Gerais, um em Santa Catarina e um em São Paulo. Muniz avaliou essa ação do INP como ineficaz e de custo financeiro elevado, que traria poucos resultados e afirmou que o INP não poderia cuidar do reflorestamento, pois suas ações visavam beneficiar os madeireiros. A preocupação presente na maioria das comunicações apresentadas no 1º Congresso Florestal

Brasileiro esteve ligada ao uso utilitário das florestas, sem atenção para a conservação das florestas nativas, fauna ou flora (CARVALHO; LAVERDI, 2015).

Para compreender como ocorreu o processo de aquisição das terras do Parque Florestal, utilizou-se a imprensa regional de Passo Fundo como fonte, especificadamente o jornal *O Nacional*, que veiculou muitos textos e notícias sobre o tema no período de 26 de setembro a 10 de outubro de 1946. Atualmente, a imprensa é fortemente utilizada como fonte para as pesquisas históricas. Nesse sentido a historiadora Tania Regina de Luca destacou que o papel do historiador é justamente problematizar a narração do acontecimento e o próprio, ou seja:

Pode-se admitir, à luz do percurso epistemológico da disciplina e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso de jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa (2005, p. 139).

O Nacional, fundado em 1925 no município de Passo Fundo, circulava de segunda-feira a sábado. Seus exemplares encontram-se disponíveis para consulta no Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo. O jornal *Diário da Manhã*, citado inúmeras vezes nas reportagens do jornal *O Nacional*, foi criado em 1935, mas não possui exemplares arquivados das publicações da época em estudo, inviabilizando a análise comparada das notícias. Atualmente, ambos continuam em circulação. Para Sandra Benvengnú, que estudou as relações regionais de poder:

A partir da década de 1950, a imprensa brasileira, passou por transformações, mudando do tradicional 'jornal de opinião', para o 'jornal de informação', negando assim suas características políticas e ideológicas. Diferente, porém, foi sua história em Passo Fundo. [...] essa mudança não atingiu os periódicos locais na sua totalidade, permanecendo muito forte e nítida a tendência de 'jornal de opinião'. Em relação à área política mais precisamente, não só permaneceu essa característica, como também, os periódicos comportaram-se e agiram como partidos políticos, procurando desse modo, 'representar valores e interesses de segmentos da sociedade' [...] difícil se torna - para não dizer impossível -, falar dos jornais de Passo Fundo, sem passar pelo posicionamento político de seus proprietários, assuntos esses indissociáveis (2006, p. 18-19).

O proprietário do periódico *O Nacional*, Múcio de Castro, ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tinha antigas rivalidades com o proprietário do periódico *Diário da Manhã*, Túlio Fontoura, vinculado ao Partido Social Democrático (PSD). Essa rivalidade se mostrava presente nos periódicos em diversos momentos, isto é,

a “par dos partidos políticos institucionalizados em Passo Fundo, ou melhor, dizendo, o PTB e o PSD, os jornais locais *O Nacional* e *Diário da Manhã* ao expressarem esses partidos, seguiam paralelamente como duas forças privadas em oposição permanente” (BENVENGNUÍ, 2006, p. 20). Os grupos políticos locais se expressavam por meio dos jornais. As reportagens exprimiam conflitos e tensões políticas que estavam conectadas à aquisição das terras, mas que a antecediavam e eram mais amplas.

As reportagens veiculadas pelo *O Nacional* apresentam um conflito envolvendo três agentes: os proprietários e posseiros do distrito de Mato Castelhana, que venderam suas terras ao Instituto Nacional do Pinho, os intermediários que auxiliaram no processo de compra e venda e o próprio Instituto Nacional do Pinho.

Todas as reportagens referentes ao conflito estão localizadas na primeira folha do jornal, ou seja, na capa, destacando e estimulando a leitura. Possivelmente o conflito chegou à imprensa por meio de uma reportagem veiculada pelo jornal *Diário da Manhã* deste período, ao qual não se tem acesso. *O Nacional* respondeu à essa primeira publicação no dia 26 de setembro de 1946, com uma nota escrita por Alberto Kopper, filho de Pedro Kopper, que é apresentado como “Doutor Alberto Kopper, encarregado, apenas, da respectiva legislação” (*O Nacional*, 26 set. 1946, p. 1), ou seja, supõe-se que era advogado de formação. Na nota, o objetivo é esclarecer que Pedro Kopper, seu pai, residente na cidade de Carazinho, participou da transação para obter as procurações dos vendedores e, posteriormente, passar as escrituras ao INP, sendo que não teria interferido no preço das terras (*O Nacional*, 26 set. 1946, p. 1). Isso permite supor que o *Diário da Manhã*, em sua primeira reportagem sobre o caso, teria apontado alteração nos valores das terras pelos intermediários das negociações. Em reportagem do final de setembro, na capa (Figura 1), o periódico *O Nacional* estampou:

O doloroso “drama” dos agricultores de Mato Castelhana. O CHEFE DA NAÇÃO CIENTE DA TRANSAÇÃO COM O INP. Um dos proprietários e principal intermediário, sr. João Pedro Mazzaro, dirigiu-se ao gal. Dutra. O que o público precisa saber e irá conhecer detalhadamente nos próximos dias” (*O Nacional*, 27 set. 1946, p. 1, grifos no original).



Figura 1 – O “drama” dos agricultores de Mato Castelhamo
 Fonte: O Nacional, 27 set. 1946, p. 1.

A frase escrita em caixa alta destaca a informação de que o Chefe da Nação estava ciente dos fatos que ocorriam. Nesta mesma edição informou-se que um telegrama havia sido enviado ao Presidente pelos reclamantes, apontando supostas irregularidades na negociação das terras. Então João Pedro Mazzaro, um dos proprietários e intermediário da negociação (CRIPF, 2008), encaminhou, em sua defesa, um telegrama ao Presidente da República Eurico Gaspar Dutra. Segue fragmento:

[...] jamais se registrou quaisquer coação ou ameaça na aquisição dos imóveis em apreço, como têm alguns elementos pretendido fazer crer. O

que, efetivamente, houve, por parte dos reclamantes, foi manobra de má fé e dolosa, com o espírito de provocar escândalo e tirar proveito. Certamente, não teriam os referidos vendedores assim procedido, isto é, pretender tornar sem efeito, a transação, si esta não tivesse, por qualquer circunstancia, se realizado com o Instituto Nacional do Pinho. Seriam, então, o signatário e seus companheiros de aquisição, os prejudicados sem que pudessem voltar atrás. Mesmo que fundamento houvesse no vício que pretendem atribuir a essa transação, deveriam ter se servido da Justiça, para tornar nulo o ato, em vez de provocar escândalo (O Nacional, 27 set. 1946, p. 1).

Basicamente, as acusações que foram realizadas aos intermediários são de modificar o valor das terras em benefício próprio e também de forçar os indivíduos que não tiveram interesse na venda a realizá-la. No mesmo telegrama, Mazzaro menciona a existência de “intrusos” nas terras:

Vários proprietários de terras e intrusos desejavam vender seus imóveis e direitos, e, como há tempos o Instituto Nacional do Pinho se mostrava interessado numa determinada área afim de instalar o horto florestal, nesta região, diversos outros proprietários de Mato Castelhana estabeleceram contato com os demais cidadãos, donos de imóveis e direitos de posse, tratando das pretensões de venda, tendo sido estabelecido um preço certo (O Nacional, 27 set. 1946, p. 1).

Em outra parte do telegrama, Mazarro esclarece que o horto florestal seria um benefício para a população local, porque a maioria dos vendedores eram intrusos que não trabalhavam na terra, sendo que o mesmo traria a oportunidade de trabalharem com assistência médica e dentária, possibilitando que seus filhos frequentassem uma escola, pois estariam em situação de abandono educacional (O Nacional, 27 set. 1946, p. 1). Os “intrusos”, como é possível verificar em outra reportagem, eram pessoas, possivelmente lavradores nacionais, que viviam como posseiros em terras de domínio público, que tiveram de ser adquiridas pelo Estado, para depois serem legalizadas e vendidas ao INP (O Nacional, 28 set. 1946, p. 4).

Em publicações datadas de 28 de setembro de 1946 e 1 de outubro de 1946, ambas na primeira página, *O Nacional* aponta que o *Diário da Manhã* teria afirmado que a transação prejudicou entre 450 e 500 pessoas. Esse número de indivíduos é bastante inferior aos transmitentes registrados na Certidão de Registro de Imóveis de Passo Fundo, que contabiliza 106 pessoas (CRIPF, 2008), evidenciando uma contradição que pode ser resultado do jogo de discursos ou erro de informação de uma das fontes.

O Instituto Nacional do Pinho manifestou-se sobre as publicações e sobre os telegramas enviados ao Presidente da República no dia 30 de setembro, por meio de um telegrama escrito por Plínio de Assis Brasil, Delegado Regional do INP no Rio

Grande do Sul, endereçado ao diretor do jornal *O Nacional*. Nele, afirmou que não moveu ações de despejo contra os ex-proprietários, pois, quando do início das atividades do Parque Florestal, precisaria de trabalhadores para o plantio de pinheiros e semeadura de cereais, podendo esses ex-proprietários prestarem os referidos serviços. No mesmo telegrama, Plínio determinou a abertura de um inquérito para apurar o assunto (*O Nacional*, 30 set. 1946, p. 1).

Em uma publicação de *O Nacional*, na seção livre, podemos identificar que Alberto Kopper fez uso constante de metáforas para narrar os acontecimentos de forma irônica. Escreveu ele:

Diz a folha *Diário da Manhã* que teríamos sido encarregados pelo sr. João Pedro Mazzaro, para realizar uma “compra”, que vinha quentinha e tabeladinha... Como era natural, teria o “defensor” de largar a “rede” para experimentar se havia “peixe no rio”...

Enganou-se, entretanto, redondamente com essa pescaria! Assim mesmo continua operando indiretamente.

No número de hoje, *Diário da Manhã* atira outra “facada” quando diz que nos aceita como adversário, devido a nossa situação social e ... financeira! Crê a direção dessa folha, talvez, que, como o “susto” não surtiu efeito, terá de debater a questão de um modo ameno ... Mas, esteja certo que, desta vez, iremos até o “fim da linha” e ... NADA DE BOLAS! (*O Nacional*, 1 out. 1946, p.1, grifos no original).

As metáforas possivelmente expressavam que a compra “que vinha quentinha e tabeladinha” era fácil e planejada, resultando em propinas para os intermediários. Os jornais faziam críticas um ao outro, quando “atira outra facada” em relação à situação financeira do periódico *O Nacional*. Esse foi mais um momento em que os jornais *Diário da Manhã* e *O Nacional* estamparam rivalidades.

Em outubro as discussões começaram a se acalmar. Nos dias 2 e 3, *O Nacional* apenas reproduziu os textos publicadas nos dias anteriores, sem apresentar argumento novo. No dia 4 de outubro, *O Nacional* voltou a publicar um texto assinado por Alberto Kopper, que narrou novamente os acontecimentos da primeira semana do conflito. Nele é possível identificar que ocorreu a abertura do inquérito policial, ao qual não se obteve acesso. Conforme Kopper:

A COISA mais cômica de toda a “odisseia” que *Diário da Manhã* vem narrando em corres pardacentas, são, inegavelmente, as passagens em que os “literatos”, numa linguagem que provoca inveja a Camões, Dante e outros – evidenciam a ânsia inominável da INTIMIDAÇÃO! Nesse caso está a mudança de local para inquirir testemunhas. *Diário da Manhã* dá uma importância tão grande a essa maneira dos policiais agirem, quando nada mais é que um fato comum destinado a melhor comodidade das próprias partes! (*O Nacional*, 4 out. 1946, p. 1, grifos no original).

No dia 5 de outubro, em mais uma publicação assinada por Alberto Kopper, há uma nova menção ao inquérito policial:

QUANTO aos depoimentos no inquérito policial, é de nosso agrado que os mesmos sejam divulgados amplamente, afim de que, dessa forma, a população venha apreciar o que, realmente, existe em torno dessa “horível tormenta” despejada pela folha da manhã. Será, também, nessa oportunidade, que o público terá ciência de quem são e foram os verdadeiros exploradores dos ex-proprietários? (O Nacional, 5 out. 1946, p. 1, grifos no original).

Nos dias 7 e 8 de outubro *O Nacional* silenciou, nada publicando sobre o assunto. Dessa forma percebe-se que o caso começou a perder a atenção dos periódicos e, no dia 9, publicou texto de Alberto Kopper que seguiu discordando, com repetições, das notícias do *Diário da Manhã*. Depois disso o caso deixou de ser mencionado na imprensa.

Interpretando os documentos relativos ao período inicial da criação do Parque Florestal, é difícil afirmar e sustentar que o formato irregular da área da atual FLONA Passo Fundo decorreu do conflito na aquisição das terras. Conforme o registro cartorial, a venda ocorreu no início de setembro de 1946 (CRIPF, 2008) e o conflito estampado nos jornais data do final daquele mês. Alguns proprietários venderam as terras ao Instituto Nacional do Pinho, outros optaram por não realizar venda. Como consequência, o espaço da atual FLONA não é um todo contínuo e sim fragmentado, como pode-se observar na Figura 2.



Figura 2 – Floresta Nacional de Passo Fundo, município de Mato Castelhanos, Rio Grande do Sul.

Fonte: Google Earth. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>>. Acesso em: 19 jul. 2015.

Diversas pesquisas apontaram para uma redução da biodiversidade motivada pela diminuição das áreas florestais no Brasil ou sua fragmentação (MUSSURY; 2007, BALBUENO; 2007, MACHADO; 2013). A fragmentação do espaço florestal implica diretamente na conservação da fauna e flora locais, pois o cenário não conectado desfavorece a circulação de animais e genes. A Lei nº 9.985/2000, além de criar o SNUC, caracterizou a zona de amortecimento como “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” (BRASIL, 2000). A zona de amortecimento não faz parte da unidade de conservação, mas tem por objetivo proteger sua borda dos impactos negativos, desde ruídos até as mais diversas atividades humanas. A forma irregular e

descontínua da FLONA em estudo tem implicações na zona de amortecimento, criando lugares onde atividades agrícolas acontecem envoltas na unidade de conservação e sua zona de amortecimento.

O que diferenciou os parques florestais do INP, em particular o José Segadas Viana, de outras unidades de conservação criadas pelo governo federal ou pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, foi sua função. Enquanto alguns parques visavam a conservação de uma paisagem ou de um conjunto de ecossistemas, o parque florestal tinha como função experimentar e implantar um cultivo combinado de espécies arbóreas exóticas e nativas. No caso de Passo Fundo predominou um ambiente construído pela ação humana e não um remanescente de floresta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Interpretando as reportagens veiculadas pelo periódico *O Nacional*, tomado como fonte principal para compreender o processo de aquisição das terras do Parque Florestal José Segadas Viana, percebe-se inicialmente diversos sujeitos envolvidos no conflito: os proprietários, os intermediários da venda e o Instituto Nacional do Pinho. Argumenta-se, entretanto, que os jornais *O Nacional* e o *Diário da Manhã* também se tornaram sujeitos do conflito, pois existiu uma disputa entre os periódicos que se prolongou e se evidenciou nos textos e discursos publicados sobre a aquisição das terras. O jornal *O Nacional*, ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro e o *Diário da Manhã*, vinculado ao Partido Social Democrático, apresentaram versões diferentes sobre o processo de aquisição das terras para o Parque Florestal José Segadas Viana. O primeiro afirmou que os intermediários do processo de compra e venda da terra não interferiram no valor das terras. O segundo periódico, o *Diário da Manhã*, argumentou que os intermediários prejudicaram os proprietários que venderam a terra ao INP, em benefício próprio, lucrando com a negociação.

O Instituto Nacional do Pinho figurou como comprador, mas não se envolveu diretamente. Ele tentou conciliar as partes conflitantes, propondo um inquérito policial para averiguar o que se passava entre vendedores e intermediários. Infelizmente não sabemos o resultado desta investigação.

Os textos jornalísticos, por outro lado, não discutiram os benefícios ou problemas que a criação do Parque Florestal traria ao meio ambiente regional. Os periódicos limitaram-se a discutir a venda e a compra da terra, sem abordar o uso que ela teria posteriormente. Apenas a possibilidade de criar empregos foi apontada como benefício para os trabalhadores e suas famílias.

Na época da criação da unidade de conservação, a fragmentação da superfície não foi vista como um problema, porque o objetivo não era a conservação. O foco inicial do governo federal em 1946, ao criar os parques, era a necessidade de matéria prima florestal e de um local para experimentação de novas técnicas de plantio e manejo de árvores. Os documentos analisados não permitem afirmar, com alguma certeza, que o conflito foi responsável pela forma territorial fragmentada do Parque, mas é possível que tenha interferido em sua configuração. Recentemente, quando a FLONA assumiu a função de conservação da biodiversidade regional, seu formato descontínuo tornou-se uma desvantagem. Acredita-se que compreender e explicar as interações humanas com o ambiente, no tempo vivido, contribui para a construção do conhecimento assumido pela História Ambiental e por outros campos da História.

Os jornais estamparam o conflito a partir de rivalidades políticas anteriores e ainda muito presentes em 1946. Elas interferiram na forma como a informação foi apresentada ao leitor da época e ao historiador de hoje. Os argumentos e posições dos atores envolvidos diretamente no conflito podem ser conhecidos pelo historiador por meio das notícias e dos textos publicados nos periódicos.

Como os exemplares do *Diário da Manhã* deste período não estão disponíveis, foi necessário inferir suas posições e argumentos a partir do diálogo com o periódico oposto. Reside neste aspecto uma dificuldade para a pesquisa que, por vezes, faz parte do trabalho do historiador.

AN ENVIRONMENTAL HISTORY OF PASSO FUNDO'S NATIONAL FOREST: THE LAND ACQUISITION

Abstract:

This article narrates and analyzes the land acquisition process of José Segadas Viana National Park, current called National Forest of Passo Fundo, that, according to the regional press, was marked by conflicts between the lands owners, the buying and selling moderators, the National Pine Institute and the regional press. The main source used is the *O Nacional* news, that noticed many texts and news about this theme in between the period of September to October of 1946. It uses theoretical and methodologic references of Environmental History and it states that the creation of the Park through irregular and discontinuous land shapes undermines the current role of the National Forest as a conservation unit.

Keywords: Environmental History. National Forest. Press. Instituto Nacional do Pinho. Conservation units.

UNA HISTORIA AMBIENTAL DEL BOSQUE NACIONAL PASSO FUNDO: LA ADQUISICIÓN DE TIERRAS

Resumen:

Este artículo relata y analiza el proceso de adquisición de la tierra del Parque Forestal José Segadas Viana, actual Bosque Nacional de Passo Fundo (FLONA), ubicado en el municipio de Mato Castelhano RS, que, según la prensa, fue marcado por conflictos entre los terratenientes, los intermediarios de la compra y venta, el Instituto Nacional del Pino (INP) y la prensa regional. La principal fuente utilizada es el diario *O Nacional*, que publico muchos textos y noticias sobre el tema, de septiembre a octubre de 1946. Utiliza los referentes teóricos y metodológicos de la Historia Ambiental. Afirma que la creación del Parque, con formato irregular y discontinuo, perjudica la actual función del Bosque Nacional como unidad de conservación.

Palabras clave: Bosque Nacional. Historia Ambiental. Prensa. Instituto Nacional del Pino. Unidad de conservación.

REFERÊNCIAS

BALBUENO, Rodrigo Agra. **A fragmentação de ambientes florestais: dois casos na região do Baixo rio Jacuí, RS.** Dissertação (Mestrado em Ecologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

BENVENGÚ, Sandra Mara. **Décadas de poder: o PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra 1945-1967.** 2006. 262 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

BRASIL. **Código Florestal de 1934.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm > Acesso em: 10 jul. 2015.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.124**, de 19 de março de 1941. Cria o Instituto Nacional do Pinho e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3124.htm > Acesso em: 5 nov. 2015.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.813**, de 8 de outubro de 1942. Reorganiza o Instituto Nacional do Pinho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4813.htm > Acesso em: 5 nov. 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm > Acesso em: 30 out. 2014.

DEAN, Warren. A conservação das florestas no sudeste do Brasil: 1900-1955. **Revista de História**, São Paulo, n. 133, p. 103-116, 1995.

CARVALHO, Alessandra I.; LAVERDI, Robson. A política florestal do Instituto Nacional do Pinho: discurso oficial e divergências no 1º Congresso Florestal Brasileiro. In: **Anais do 7º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. Brasília: UnB, 2015.

CARVALHO, Ely Berço de. A crítica ambiental de Max von Lassberg e Reinhard Maack: homens do seu tempo. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 13, n. 19, 2012, p. 32-52.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)**. 2010. 313f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CEDOC. **Centro de Documentação e Memória**. Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná. Disponível em: < <http://cedoc.unicentro.br/> > Acesso em: 2 out. 2015.

CPDOC. Fundação Getúlio Vargas. **Biografia de José Segadas Viana**. Disponível em: < http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Segadas_Viana > Acesso em: 2 ago. 2015.

CRIPF. **Certidão nº 23.875/2008**, de Transmissão do Cartório de Registro de Imóveis de Passo Fundo. Arquivo da Floresta Nacional de Passo Fundo.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 4. ed. São Paulo: Annablume, 2002.

FUNES, Eurípedes. História Ambiental – possibilidades de novos olhares. In: NODARI, Eunice Sueli; [CORREA, Silvio Marcus de Souza](#) (Orgs.). **Migrações e Natureza**. São Leopoldo: Oikos, 2013. p. 203-218.

GERHARDT, Marcos. História Ambiental (1930-85). In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Orgs.). **História Geral do Rio Grande do Sul** - República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1984). v. 4. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 527-542.

ICMBio. **Plano de Manejo da Floresta Nacional de Passo Fundo**. Florianópolis: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2011.

ICMBio. **Tabela das Florestas Nacionais**. 2014. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/flonas/>> Acesso em: 30 out. 2014.

LEFF, Henrique. Construindo a História Ambiental da América Latina. **Esboços**, Florianópolis, v. 13, n. 13, p. 11-29, 2005.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MACHADO, Leonardo de Souza et al. Herpetofauna do Parque Natural Municipal de Sertão, Rio Grande do Sul, Brasil. **Biota Neotropica**, Campinas, v. 13, n. 4, Out./Dez. 2013.

MORETTO, Samira Peruchi; NODARI, Sueli Eunice, ROSSI, Esther Mayara Zamboni. A preservação da Mata Preta no Oeste de Santa Catarina e a criação das Unidades de Conservação. **Revista Tempos Acadêmicos**, Santa Catarina, n. 6, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/index.php/historia/article/view/430>>. Acesso em: 1 out. 2015.

MUSSURY, Rosilda Mara et al. Avaliação do impacto da fragmentação de florestas nativas sobre a mesofauna edáfica na região de dourados-MS. **Ciência Agrotécnica**, Lavras, v. 31, n. 3, p. 612-618, maio/jun., 2007.

O NACIONAL [jornal], Passo Fundo, 1946. Arquivo Histórico Regional, Universidade de Passo Fundo.

PMMC. Prefeitura Municipal de Mato Castelhano. **Barragem Capingüí**. Disponível em: <<http://www.matocastelhano-rs.com.br/turismo.php?id=3>>. Acesso em: 29 set. 2015.

WENTZ, Liliane Irma Mattje. **Os caminhos da madeira**: região norte do Rio Grande do Sul, 1902-1950. Passo Fundo: UPF, 2004.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, n. 8, 1991.

Artigo:

Recebido em 04 de Dezembro de 2015

Aceito em 06 de Junho de 2016